



**Companhia Securitizadora de Créditos
Financeiros Vert-Nexoos**

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
com Relatório dos auditores independentes

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto).....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	18

COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT NEXOOS
Relatório da Administração

São Paulo, 20 de março de 2024

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da **COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT NEXOOS**, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Dados Gerais da Emissão

Apresentamos, os dados da 2ª emissão emitida em série única do tipo debentures simples não conversíveis, em 04 de dezembro de 2019, o qual foram emitidas 32.118 (trinta e duas mil cento e dezoito mil debêntures) correspondentes a série única pelo valor unitário de R\$1. totalizando o valor da emissão em R\$32.118 (trinta e dois milhões cento e dezoito mil), com data da primeira integralização em 06 de dezembro de 2019, tais debêntures possuem data de vencimento em 31 de julho de 2023.

Dados Gerais das Séries

A seguir, demonstraremos os dados gerais das séries em relação as debêntures da 2ª emissão), simples não conversíveis, e suas especificações:

	Série Única
Código IF	NEXO12
Taxa de remuneração a.a	CDI+5,50%
Quantidade em circulação	32.118

Dados Gerais na Data-Base:

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total das debentures é apresentado da seguinte maneira:

1ª Emissão	Preço Unitário (PU)	Quantidade	Saldo devedor
Série Única	R\$ 0,2802	32.118	R\$ 8.999
Prêmio da Carteira	-	-	R\$(8.759)
Total	-	-	R\$240

Performance da Carteira de Créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a carteira de créditos oriunda de operações de créditos financeiros, lastro da operação é composta da seguinte maneira:

Carteira em 31 de dezembro de 2023	
Valor Presente Bruto	R\$ 9.235
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ (9.235)
Valor Presente Líquido	R\$ -
Taxa Juros Média CCBs em aberto (a.m.)	2,37 %
Prazo Médio CCBs em aberto (meses)	25,11
PDD %	100,00 %
Total originado	R\$ 39.134
Total recebido até 31 de dezembro de 2023	R\$ 39.740

Aquisição de direitos creditórios:

Até a data-base de 31 de dezembro de 2023 a COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT NEXOOS efetuou a aquisição de R\$39.134 (trinta e nove milhões cento e trinta e quatro mil reais) de direitos creditórios, tais recursos são originados de integralizações ocorridas no mesmo exercício, desta maneira, vale ressaltar que a aquisição se dará durante o processo de investimento "período de investimento".

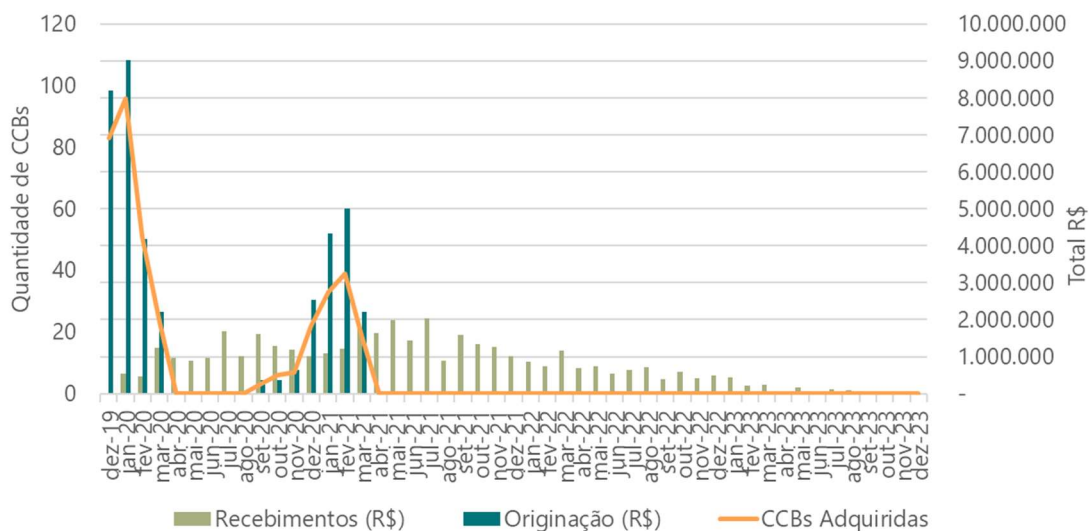
Provisão para Devedores:

Para as provisões de créditos de devedores duvidosos, a COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT NEXOOS registrou uma provisão para devedores duvidosos no montante acumulado de R\$ 9.325 (nove milhões trezentos e vinte e cinco mil reais) até o exercício findo qual seja em 31 de dezembro de 2023. Vale ressaltar que a Companhia está empenhada em trabalhar juntamente com o agente de cobrança para recuperar esses créditos, embora seja importante destacar que os créditos securitizados não possuem garantias por bens reais.

Monitoramento da carteira:

Em 31 de dezembro de 2023, demonstraremos a seguir o monitoramento das operações da carteira de crédito "Expectativa X Realizado", onde os recebimentos e expectativas de recebimentos, foram performados da seguinte forma:

Evolução da Carteira



Parcelas pagas com atrasos vs parcelas pagar até o vencimento:

É importante ressaltar que a performance da carteira está ligada de forma direta com os recebimentos dos lastros das operações e que possíveis atrasos impactará o pagamento das remunerações aos debenturistas, sendo assim, a seguir demonstraremos o fluxo de parcelas pagas com atrasos e parcelas pagar no vencimento:

<u>Parcelas pagas com atrasos:</u>	
De 1 a 5 dias após o vencimento	R\$ 14.849
De 6 a 14 dias após o vencimento	R\$ 3.067
De 15 a 29 dias após o vencimento	R\$ 2.924
De 30 a 59 dias após o vencimento	R\$ 1.752
De 60 a 90 dias após o vencimento	R\$ 1.209
Acima de 91 dias após o vencimento	R\$ 3.005

<u>Parcelas pagas no vencimento:</u>	
No vencimento	R\$ 5.322
De 1 a 5 dias do vencimento	R\$ 1.533
De 6 a 14 dias do vencimento	R\$ 390
De 15 a 29 dias do vencimento	R\$ 56

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Valor de realização dos direitos creditórios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, a Sociedade possui investimentos em direitos creditórios que são representados por Cédula de Crédito Bancário (“CCBs”), cujos valores de realização registrados, quando efetivamente realizados poderão ser diferentes dos estimados em 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Securitização de créditos financeiros

A principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

- Avaliação da consistência dos dados e recálculo do valor presente da totalidade dos recebíveis com base nas taxas de juros;
- Exame da existência por meio da verificação do contrato por amostragem e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração das receitas operacionais, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 24 de março de 2023, sem modificação.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2.1, para melhorar a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram originalmente emitidas por outros auditores em 24 de março de 2023. A reclassificação das contas do resultado foi feita para melhorar a clareza e a comparabilidade das demonstrações financeiras. A reclassificação das contas do resultado está em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa Opinião não está modificada a cerca deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

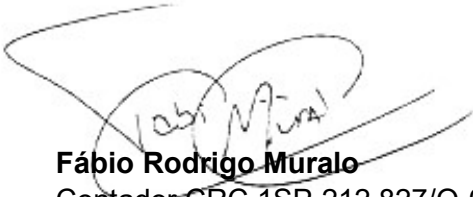
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	170	497
Recebíveis	4.d)	-	1.479
Impostos a recuperar		1	1
Adiantamento a fornecedores		-	1
Outras contas a receber		21	-
Total do ativo circulante		192	1.978
Ativo não circulante			
Recebíveis	4.d)	-	32
Total do ativo não circulante		-	32
Total do ativo		192	2.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	5	34	25
Impostos e contribuições a recolher		-	1
Partes relacionadas	6	16	17
Debêntures	7	240	2.065
Total do passivo circulante		290	2.108
Patrimônio líquido			
Capital social	8	10	10
Prejuízos acumulados		(108)	(108)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(98)	(98)
Total do passivo e patrimônio líquido		192	2.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(Reapresentado)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(346)	(873)
Despesas tributárias	9	(9)	(41)
Provisão para perda de crédito esperada	4.d)	1.872	2.917
Provisão de remuneração dos debenturistas	7.g)	1.864	(779)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>3.381</u>	<u>1.224</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	279	2.434
Despesas financeiras	10	(3.660)	(3.658)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado por ação referente às ações ordinárias		-	-
Resultado por ação referente às ações preferenciais		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	8	<u>10</u>	<u>(108)</u>	<u>(98)</u>
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>10</u>	<u>(108)</u>	<u>(98)</u>
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>10</u>	<u>(108)</u>	<u>(98)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	-	-
Ajustes por:		
Provisão para redução a valor recuperável	(1.872)	(2.917)
Provisão para perda (prêmio) da carteira	(1.864)	779
Rendimento sobre a carteira de créditos	1.910	(2.014)
Provisão para perda de crédito esperada	-	1.912
Outros ajustes da carteira de créditos	(22)	-
Juros sobre as debêntures	1.489	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Empréstimos e recebíveis	1.473	10.827
Adiantamento a fornecedores	1	(1)
(Redução) aumento nos passivos operacionais		
Fornecedores	9	(10)
Impostos e contribuições a recolher	(1)	(2)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.123</u>	<u>8.574</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures	(1.450)	(9.723)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.450)</u>	<u>(9.723)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(327)</u>	<u>(1.149)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	497	1.646
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	170	497
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(327)</u>	<u>(1.149)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(Reapresentado)</u>
Receitas			
Receita operacional		-	
Provisão de remuneração dos debenturistas		1.864	(779)
Provisão para perda de crédito esperada		1.872	2.917
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(258)	(873)
		<u>3.478</u>	<u>1.265</u>
Valor adicionado líquido		<u>3.478</u>	<u>1.265</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		279	2.434
		<u>279</u>	<u>2.434</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>3.757</u>	<u>3.699</u>
Distribuição do valor adicionado			
Despesas financeiras		3.659	3.658
Impostos, taxas e contribuições		98	41
Valor consumido distribuído		<u>3.757</u>	<u>3.699</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos** registrada como companhia aberta na categoria “S2” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 24520, com o registro concedido em 28 de agosto de 2018, e cuja sede social está localizada na Cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a Vert Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda. ou sociedades que compõem seu grupo econômico, desde que enquadradas nos termos do artigo 1o da Resolução do CMN nº 2.686/00; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas.

A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2018 e teve suas operações iniciadas no dia 05 de julho de 2019.

Em Assembleia Geral de Constituição, realizada em 05 de abril de 2018, foi deliberado e aprovado por unanimidade a (i) a constituição e a denominação social da Companhia como sendo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos; (ii) a definição do capital social da Companhia em R\$ 10; (iii) a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; (iv) a redação do Estatuto Social da Companhia; (v) a eleição dos membros do Conselho de administração da Companhia; (vi) a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”; e (vii) a autorização concedida aos Diretores para que fosse obtido o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na categoria B, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

1.1. Data de início das emissões

Para todos os efeitos legais, a Data da primeira Emissão das debêntures é 21 de junho de 2019. Foram emitidas 25 (vinte e cinco mil) Debêntures no âmbito da Emissão, sendo 20 (vinte mil) integrantes da primeira série e 5.000 (cinco mil) integrantes da segunda série.

Para todos os efeitos legais, a Data da segunda Emissão das debêntures é 04 de dezembro de 2019. Foram emitidas e o valor total da emissão foi de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões de Reais) na data de emissão, as quais foram emitidas 140 (cento e quarenta mil) debêntures em série única.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Sumário das Operações

A Emissora tem por objeto (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Nexoos ou sociedades que compõem seu grupo econômico, desde que tais créditos estejam enquadrados nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação; aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.3. Forma de utilização de derivativos e riscos envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão.

1.4. Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

É constituída, em favor dos Debenturistas, cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios Alienados, que estão livres de quaisquer Ônus ou gravames, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos

O investimento nas Debêntures envolve uma série de riscos que devem ser analisados independentemente pelo potencial Investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora quanto as próprias Debêntures objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento. Estão descritos a seguir os riscos relacionados, exclusivamente, à Emissora, as Debêntures e à estrutura jurídica:

(i) Riscos relacionados à Emissora

Atrasos, falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações. A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento das Debêntures por ela emitidas decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pelos respectivos Tomadores. Dessa forma, qualquer atraso ou falta de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados à Emissora pode afetar negativamente a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas junto aos Debenturistas, sendo que, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Vinculados, a Emissora pode não dispor de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate das Debêntures.

(ii) Riscos de mercado

Efeitos da política econômica do Governo Federal. A Emissora, os Direitos Creditórios Vinculados, a Instituição Financeira Endossante e os respectivos Tomadores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, conseqüentemente, também na economia do País.

Descasamento de taxas – Rentabilidade dos Direitos Creditórios Vinculados inferior à Remuneração. Os Direitos Creditórios Vinculados são contratados a taxas prefixadas. Considerando-se a Remuneração estabelecida na Escritura, pode ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (a) dos Direitos Creditórios Vinculados e (b) das Debêntures, notadamente considerando as Taxas DI. Uma vez que o pagamento das Debêntures decorre do pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, caso ocorram tais descasamentos, os recursos remanescentes da Emissora podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade do Saldo Devedor das Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(ii) Riscos de mercado--Continuação

Flutuação dos preços dos Investimentos Permitidos. A Emissora pode aplicar os recursos remanescentes nas Contas Exclusivas em Investimentos Permitidos. Os preços e a rentabilidade dos Investimentos Permitidos estão sujeitos a oscilações e podem flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. Essa oscilação dos preços pode fazer com que parte ou a totalidade dos Investimentos Permitidos seja avaliada por valores inferiores ao da sua emissão ou contabilização inicial.

Rentabilidade dos Investimentos Permitidos inferior à Remuneração. A parcela dos recursos relacionados à Emissão não aplicada em CCB pode ser aplicada em Investimentos Permitidos, os quais podem apresentar valoração efetiva inferior às taxas utilizadas como parâmetro da Remuneração, o que pode fazer com que os recursos da Emissora se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade de tais parâmetros. Nessa hipótese, os Debenturistas podem ter a rentabilidade de suas Debêntures afetadas negativamente.

(iii) Riscos de crédito

A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes das Debêntures depende do pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados. A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes da Emissão depende, nos termos da Resolução CMN 2.686, da solvência dos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados. O recebimento integral e tempestivo dos montantes devidos aos Debenturistas depende do recebimento das quantias devidas em função dos Direitos Creditórios Vinculados.

Solvência dos Tomadores. A Instituição Financeira Endossante somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização dos Direitos Creditórios Vinculados, não respondendo pela solvência dos Tomadores, cabendo exclusivamente à Emissora e, conseqüentemente, aos Debenturistas suportar o risco de inadimplência dos Tomadores. Caso a inadimplência ocorra, a Emissora deve cobrar os Tomadores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente o pagamento das Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(iii) Riscos de crédito--Continuação

Crédito sem Garantia. Os Direitos Creditórios Vinculados correspondem a financiamentos concedidos a pessoas físicas ou jurídicas (não constituídas na forma de sociedades anônimas) e tipicamente não contam com garantias dos Tomadores. Caso seja necessário realizar cobrança de Direitos Creditórios Vinculados inadimplidos, a Emissora tipicamente não contará com recuperação de crédito vinculada à excussão de garantias. Adicionalmente, os eventuais Tomadores inadimplentes podem ter propensão menor de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados, comparada à propensão de pagamento de dívidas garantidas.

Ausência de Garantia de Terceiros ou FGC. As aplicações realizadas nas Debêntures não contam com garantia de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provem exclusivamente dos pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios Vinculados, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Cobrança Extrajudicial e Judicial. No caso de os Tomadores não cumprirem suas obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, pode ser iniciada a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando para a Emissora o total dos Direitos Creditórios Vinculados que estejam inadimplidos, o que pode implicar perdas à Emissora e conseqüentemente aos Debenturistas.

Inexistência de reserva de amortização. A Reserva de Despesas e Encargos, Reserva de Liquidação da Primeira Série, a Reserva de Liquidação da Segunda Série e a Reserva de Liquidação da Segunda Série não estabelecem a manutenção de uma ou mais parcelas de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série, ou de Amortização Extraordinária Obrigatória com antecedência em relação à Data de Pagamento. A ausência de tal previsão pode prejudicar a capacidade de pagamento das Debêntures por parte da Emissora.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(iii) Riscos de crédito--Continuação

Risco de Avaliação da Carteira de Direitos Creditórios Vinculados levando em consideração a provisão para devedores duvidosos. Os cálculos da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, bem como do Índice de Cobertura, dependem do cálculo do valor dos Direitos Creditórios Vinculados, que por sua vez considera as provisões para devedores duvidosos, conforme determinada pela Emissora. Caso a estimativa de provisões para devedores duvidosos da Emissora não seja adequada, as amortizações de principal, o monitoramento da subordinação e a determinação do Regime de Amortização aplicável às Debêntures podem não ser adequadamente mensurados, potencialmente prejudicando a capacidade da Emissora de fazer os pagamentos aos Debenturistas ou de controlar a prioridade de pagamentos entre os Debenturistas.

Patrimônio Líquido Negativo. Os investimentos da Emissora relacionados à Emissão estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Emissora e para os Debenturistas. Além disso, riscos relacionados com a carteira da Emissora, bem como custos de cobranças dos Direitos Creditórios Vinculados podem fazer com que a Emissora não tenha mais recursos e/ou apresente patrimônio líquido negativo.

(iv) Riscos de descontinuidade

Amortização ou resgate antecipado das Debêntures. Observado o disposto na Escritura, a Emissora pode amortizar ou resgatar as Debêntures antecipadamente, conforme o caso na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado.

Pagamento Condicionado. Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686, os pagamentos pela Emissora da amortização das Debêntures, da Remuneração das Debêntures e do Prêmio de Reembolso das Debêntures da Terceira Série estão condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, dos Direitos Creditórios Vinculados. Uma vez que o pagamento das Debêntures fica condicionado ao vencimento e pagamento pelos Tomadores dos Direitos Creditórios Vinculados, pode ocorrer de a Emissora não dispor de recursos imediatos para efetuar o pagamento das Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(iv) Riscos de descontinuidade--Continuação

Dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados. Na ocorrência de não realização dos pagamentos das Debêntures aos Debenturistas, observados os prazos de cura previstos na Escritura, o Agente Fiduciário deve convocar, em até 1 (um) Dia Útil, de imediato uma Assembleia Geral de Debenturistas para: (i) comunicar a ocorrência do evento, qual seja, a não realização dos Direitos Creditórios Vinculados, e permitir ao Agente Fiduciário e à Emissora prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários; (ii) que seja verificado se houve o exercício do Direito de Preferência na Aquisição dos Direitos Creditórios Vinculados; e (iii) caso aplicável, dar início à implementação do Plano de Ação.

Interrupção do Período de Alocação pode reduzir a capacidade financeira e operacional da Emissora. A ocorrência de um Evento de Aceleração de Vencimento pode interromper o Período de Alocação, reduzindo os montantes a serem direcionados para a aquisição de CCB. Nessas circunstâncias, a Emissora pode ter sua capacidade financeira e/ou operacional prejudicada, causando possíveis falhas e/ou interrupções na prestação de seus serviços e nos serviços dos demais prestadores de serviços relacionados à Emissão.

Monitoramento dos Eventos de Desalavancagem, dos Eventos de Aceleração de Vencimento, dos Eventos de Inadimplemento e dos Eventos de Vencimento Antecipado. A determinação do término do Período de Alocação, bem como da ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures depende do monitoramento e da identificação dos Eventos de Desalavancagem, dos Eventos de Aceleração de Vencimento, dos Eventos de Inadimplemento e dos Eventos de Vencimento Antecipado. Falhas da Emissora e/ou do Agente Fiduciário no monitoramento/identificação de tais eventos podem fazer com que o regime de amortização aplicável às Debêntures não seja correto, podendo acarretar perdas ou atrasos para os Debenturistas.

(v) Risco de liquidez

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros, como as Debêntures. Os subscritores ou adquirentes desses valores mobiliários não têm qualquer garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares dos valores mobiliários de emissão da Emissora, inclusive das Debêntures, que queiram vendê-los no mercado secundário.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(vi) Risco de originação

Decisões judiciais. Determinadas decisões judiciais estabeleceram que cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional – tais como as companhias securitizadoras de créditos financeiros – não atribuiriam, a tais cessionárias, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas às entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária permitidos às instituições financeiras.

(vii) Risco relacionado à instituição financeira endossante

As Debêntures estão sujeita aos riscos inerentes ao processo de originação dos Direitos Creditórios Vinculados e à política de crédito adotada pela Instituição Financeira Endossante, na qualidade de originador dos Direitos Creditórios Vinculados.

Processos internos da Instituição Financeira Endossante. As Debêntures estão sujeitas a perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação dos processos internos da Instituição Financeira Endossante, pessoas e sistemas, ou eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos documentos comprobatórios que lastreiam os Direitos Creditórios Vinculados, bem como dos processos operacionais da Instituição Financeira Endossante e fluxo financeiro de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados.

(viii) Riscos Operacionais

A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados. A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de determinadas atividades, como auditor independente, o Agente Fiduciário, o Escriturador, entre outros. Caso alguns desses prestadores de serviços aumentem significativamente seus preços ou não prestem serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Emissora.

Troca eletrônica de informações. Dada a complexidade operacional própria da securitização de créditos financeiros, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos da Emissora e de terceiros ocorrerão livre de erros.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(viii) Riscos Operacionais--Continuação

Acesso aos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Vinculados. Caso o Agente Fiduciário precise ter acesso aos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios Vinculados, falhas e/ou descumprimentos pela Emissora nos procedimentos de acesso aos documentos comprobatórios podem afetar negativamente o fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios Vinculados e/ou a capacidade do Agente Fiduciário, ou de terceiro por este indicado, de efetuar qualquer cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados.

Majoração de custos dos prestadores de serviços.

Existência de vícios ocultos relativos aos Direitos Creditórios Vinculados não apontados na auditoria da carteira

Falhas de cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados depende da atuação diligente do agente de cobrança. Assim, qualquer falha no procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Vinculados, tais como, mas não se limitando a, interrupções, falhas e/ou atrasos na emissão de boletos bancários, poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Tomadores.

Despesas de liquidação ou execução dos Direitos Creditórios Vinculados podem ser desproporcionais e reduzir os montantes disponíveis para pagamento das Debêntures ou, mesmo, comprometer a viabilidade econômica do processo de cobrança.

Falha na verificação dos critérios para aquisição de CCB. Falhas na verificação dos critérios para aquisição de CCB podem ocorrer, fazendo com que a Emissora adquira CCB em desacordo com a Escritura, podendo gerar perdas à Emissora e, conseqüentemente, aos Debenturistas.

Existência de Prioridade entre Debenturistas detentores de Debêntures da Primeira Série e da Segunda Série no Contrato de Cessão Fiduciária.

(ix) Riscos de pré-pagamento

Os Tomadores podem optar por pagar antecipadamente os Direitos Creditórios Vinculados, mediante o pagamento integral das respectivas obrigações. Nessas hipóteses, os Debenturistas podem ter seu horizonte original de investimento reduzido e podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração, conforme o caso, oferecida pelas Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Riscos--Continuação

(x) Outros riscos

Inexistência de propriedade direta dos Direitos Creditórios Vinculados.

Ausência de Classificação de risco das Debêntures.

Risco de não aprovação de matérias em Assembleia Geral.

Solicitação de Integralização.

Pagamento da Remuneração das Debêntures após o Período de Alocação.

Pagamento do Principal. As Debêntures não são objeto de amortização programada, sendo que o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será devido apenas na Data de Vencimento ou na data de vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.

Postergação do Vencimento. Pode haver postergação do prazo de vencimento das Debêntures.

A excussão da Garantia depender de aprovação em Assembleia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em cumprimento as Instruções nº 60/21 e nº 476/09 da Comissão de Valores Mobiliários e atendem os propósitos específicos da referida instrução.

A Administração declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administradora na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2024.

2.2. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB).

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Bases de apresentação--Continuação

As Demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

Para melhorar a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram originalmente emitidas por outros auditores em 24 de março de 2023, a administração decidiu reclassificar as contas do resultado. Os efeitos dessas reclassificações no resultado estão demonstrados a seguir e relacionados conforme descrito nas Notas Explicativas nº 9 e nº 10.

A reclassificação das contas do resultado foi feita para melhorar a clareza e a comparabilidade das demonstrações financeiras, sendo elas: demonstração do resultado, demonstrações dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado. As contas foram reclassificadas de modo a refletir com mais precisão a natureza das atividades da Securitizadora e a posição financeira da Companhia.

A administração acredita que a reclassificação das contas do resultado melhorará a apresentação das demonstrações financeiras e fornecerá informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.2. Bases de apresentação--Continuação

2.2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A reclassificação das contas do resultado está em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstração do resultado	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Original		Reapresentado
Receitas Operacionais	2.014	(2.014)	-
Custo dos serviços prestados	(374)	374	-
Lucro Bruto	1.640	(1.640)	-
Despesas gerais e administrativas	(499)	(374)	(873)
Despesas tributárias	(41)	-	(41)
Provisão para perda de crédito esperada	2.917	-	2.917
Provisão para perda (prêmio) da carteira	(779)	-	(779)
Resultado operacional	3.238	(2.014)	1.224
Receitas Financeiras	420	2.014	2.434
Despesas Financeiras	(3.658)	-	(3.658)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-

Demonstrações dos Fluxos de caixa	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Original		Reapresentado
Provisão (reversão) para redução a valor recuperável	2.917	(2.138)	779
Prêmio das debêntures	(2.138)	2.138	-
Ajuste por:	(779)	-	(779)

Demonstração do Valor adicionado	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	Original		Reapresentado
Receita Operacional	2.014	(2.014)	-
Custos dos serviços prestados	(499)	499	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(374)	(499)	(873)
Receitas financeiras, incluindo variação cambial	420	2.014	2.434
Valor adicionado distribuído	1.561	-	1.561

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Critérios para a constituição de provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios

As emissões revisam periodicamente sua carteira de CCB de forma a avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações e conseqüentemente determinar as provisões para devedores duvidosos, objetivando a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas vigentes, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil dos Tomadores. A tabela de provisão para devedores duvidosos válida na Data de Emissão é a seguinte:

Risco nível	Faixas de atraso	% Provisão
A	Atraso até 30 dias	0,00%
B	Atraso entre 31 e 90 dias	50,00%
C	Atraso entre 91 e 120 dias	75,00%
G	Atraso superior a 121 dias	100,00%

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa. Custo amortizado: é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos. Valor justo: é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

b) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos ao custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados ao Custo Amortizado: Fornecedores e obrigações por emissão de títulos - Debêntures.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.10. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 “Demonstração do Valor Adicionado”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.13. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta corrente	3	4
Aplicações financeiras	167	493
Total	170	497

As aplicações financeiras são automáticas e em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 100% do CDI. Conforme CPC 46, a aplicação financeira em questão é considerada nível 1 devido ao seu alto nível de liquidez.

4. Recebíveis

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, para fins da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

a. Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são representados por cédula de crédito bancário (“CCBs”) emitidas por determinadas pessoas jurídicas em favor de instituições financeiras no âmbito da plataforma da Nexoos.

b. Critérios de elegibilidade

As CCBs adquiridas pela Companhia devem respeitar os seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) O saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico de um determinado Tomador não pode corresponder a qualquer momento a mais de 3,0% (três por cento) do valor total da Emissão;
- (ii) O saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico dos 8 (oito) maiores Tomadores não podem corresponder a qualquer momento a mais de 20,0% (vinte por cento) do valor total da Emissão;
- (iii) As CCB não estejam vencidas em sua data de aquisição;
- (iv) O vencimento das CCB deve ocorrer em, no máximo, 90 (noventa) dias antes do vencimento das debêntures;
- (v) Cada CCB não possua saldo vencido e não pago na respectiva data de aquisição;
- (vi) As CCB não podem ser emitidas por sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Companhia ou da Nexoos.

c. Composição dos recebíveis

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Direitos creditórios 2ª Emissão	9.235	12.618
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(9.235)	(11.107)
Total	-	1.511

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis--Continuação

d. Movimentação dos recebíveis

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.511	8.318
(±) (reversão) Juros	(1.910)	2.014
(+) Provisão para perda de crédito esperada	1.872	2.917
(-) Recebimentos	(1.473)	(10.827)
(-) Dação	-	(911)
Saldo final	-	1.511
Circulante	-	1.479
Não circulante	-	32

e. Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

Direitos Creditórios em 31/12/2023	VP Bruto	PDD	VP Líquido
A vencer 0 a 30 dias	3	(3)	-
A vencer 31 a 60 dias	3	(3)	-
A vencer 61 a 90 dias	3	(3)	-
A vencer 91 a 120 dias	3	(3)	-
A vencer 121 a 150 dias	-	-	-
A vencer 151 a 180 dias	-	-	-
A vencer 181 a 360 dias	-	-	-
Vencidos 1 a 30 dias	3	(3)	-
Vencidos 31 a 60 dias	3	(3)	-
Vencidos 61 a 90 dias	3	(3)	-
Vencidos 91 a 120 dias	20	(20)	-
Vencidos 121 a 150 dias	20	(20)	-
Vencidos 151 a 180 dias	28	(28)	-
Vencidos 181 a 360 dias	618	(618)	-
Vencidos acima de 361 dias	8.528	(8.528)	-
Total dos direitos creditórios	9.235	(9.235)	-

f. Redução ao valor recuperável dos recebíveis

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele vento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

g. Outras contas a receber

Após a realização das conferências entre o saldo da carteira em seu valor presente, o relatório de baixas enviado pelo agente de cobrança e o seu confronto com as operações de entrada nos extratos bancários, foi identificado que o saldo total da carteira pode não refletir a movimentação financeira/contábil. O saldo de outras contas a receber no montante de R\$ 281 se refere aos direitos creditórios oriundos de repasses devidos pela Nexoos ou sociedades que compõem seu grupo econômico.

h. Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios

A Emissão conta com cessão fiduciária das CCBs em favor dos debenturistas conforme determina a Resolução CMN nº 2.686.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis--Continuação

i. Procedimentos de cobrança de direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

No caso de os Tomadores não cumprirem suas obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados, poderá ser iniciada a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados, recuperando para a Emissora o total dos Direitos Creditórios Vinculados que estejam inadimplidos, o que poderá implicar perdas à Emissora e conseqüentemente aos Debenturistas.

Caso a cobrança extrajudicial de um ou mais Direitos Creditórios Vinculados não tenha sucesso, a Emissora avaliará caso a caso a viabilidade econômica da cobrança judicial de tais Direitos Creditórios Vinculados, tendo-se em vista os gastos a serem incorridos com advogados e custas judiciais e probabilidade de êxito da demanda, em face do valor individual do Direito Creditório Vinculado a ser cobrado. Desse modo, considerando que a Emissora poderá adquirir Direitos Creditórios Vinculados de baixo valor individual, poderá haver Direitos Creditórios Vinculados cuja cobrança extrajudicial não tenha sucesso e que não se justifique, do ponto de vista econômico, a sua cobrança judicial, importando em perdas para a Emissora.

5. Contas a pagar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria Contábil, Auditoria e Consultoria	34	19
Outros	-	6
Total	34	25

São serviços contratados pela Companhia: (a) Assessoria Contábil, realizada pela Contábil Guararapes S/S Ltda, responsável técnico pelo atendimento das obrigações contábeis e fiscais; (b) Auditoria, em respeito às determinações da IN CVM nº 476/09 e da IN CVM nº 60/21, submetendo suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM, atualmente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes. (c) Consultoria, realizada pela Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, responsável pela gestão dos direitos creditórios e do movimento da carteira de debêntures.

6. Partes relacionadas

O saldo passivo com sócios, administradores e pessoas ligadas referem-se a despesas da Companhia que foram pagas pela Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. e que serão reembolsadas respectivamente, conforme Instrumento Particular de Consultoria Financeira e Outras Avenças.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda.	16	17
Total	16	17

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Debêntures

a. Condições da escritura

A Data da primeira Emissão das debentures é 21 de junho de 2019. Foram emitidas 25 (vinte e cinco mil) Debentures no âmbito da Emissão, sendo 20 (vinte mil) integrantes da primeira série e 5.000 (cinco mil) integrantes da segunda série.

A segunda emissão das debêntures ocorreu em 04 de dezembro de 2019. Foram emitidas e o valor total da emissão foi de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões de Reais) na data de emissão, as quais foram emitidas 140 (cento e quarenta mil) debêntures em série única.

b. Remuneração

o saldo do valor nominal unitário faz jus a taxa acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de um spread de 5,5% (cinco inteiro e cinquenta centésimos por cento).

c. Cronograma de pagamentos

Os pagamentos de Remuneração emissão são realizados pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão mensalmente, no 5º (quinto) dia ou próximo dia útil subsequente e encerrando-se na Data de Vencimento. As debêntures da primeira série tiveram seu vencimento no dia 21 de junho de 2022, já as da segunda série, de acordo com a decisão em assembleia realizada em 23 de novembro de 2023, se encerrarão em até 5 dias após o resgate das Debêntures mediante a alienação dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados.

d. Principais direitos políticos inerentes de cada classe de certificado

Os titulares das Debentures podem, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas convocada de acordo com a disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debentures. As Assembleias Gerais de Debenturistas devem ser realizadas de forma presencial, podendo ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio, desde que assim permitido pela legislação aplicável. Aplicar-se-á a Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis as assembleias gerais de acionistas. Assim, nos termos do artigo 124, §40 da Lei das Sociedades por Ações, é considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Debêntures--Continuação

e. Aditamentos da escritura no exercício

Em 24 de julho de 2023, a assembleia geral dos debenturistas aprovou a postergação da data de vencimento das Debêntures para dezembro de 2023. A postergação foi aprovada por unanimidade dos debenturistas presentes. A postergação foi necessária para permitir que a securitizadora tenha mais tempo para implementar seus planos estratégicos e melhorar sua situação financeira.

Em 23 de novembro de 2023, em assembleia geral dos debenturistas, foi aprovado o resgate das Debêntures mediante a alienação dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento dos recursos oriundas da alienação, por valor de mercado correspondente ao valor mínimo de 2,5% do valor contábil da carteira ou 2,65% considerando o saldo devedor das Debentures, na presente data.

f. Composição de obrigações com debêntures por faixa de vencimento

Obrigações com Debêntures	31/12/2023	31/12/2022
A vencer 0 a 30 dias	8.999	1.493
A vencer 31 a 60 dias	-	1.493
A vencer 61 a 90 dias	-	1.493
A vencer 91 a 180 dias	-	2.986
A vencer 181 a 360 dias	-	1.495
Total das debêntures	8.999	8.960
(-) Provisão para perda da carteira	(8.759)	(6.895)
(=) Total Líquido	240	2.065

g. Movimentação das obrigações com Debêntures

Debêntures	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.065	10.008
(+) Juros incorridos	1489	1.912
(-) Pagamento de debentures	(1.450)	(9.723)
(±) Provisão para perda (prêmio) da carteira	(1.864)	779
(-) Dação em pagamento (i)	-	(911)
Saldo final	240	2.065

(i) Em 17 de junho de 2022 em Assembleia Geral Extraordinária dos Debenturistas da 1ª emissão, foi a aprovado o resgate das Debêntures mediante a dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados. Para concretizar Dação em Pagamento, será constituído um condomínio, com a contratação de uma empresa do grupo Nexoos, na qualidade de administrador, para realizar o gerenciamento e administração dos valores oriundos dos Direitos Creditórios Vinculados dados em dação em pagamento. A constituição do condomínio será formalizada mediante a celebração do Instrumento Particular de Convenção de Condomínio Pro Indiviso e Outras Avenças, entre a Emissora, Debenturistas e Administrador. Após realizada a efetiva dação em pagamento, considerar-se-á extinta a obrigação da Emissora de efetuar o pagamento do Saldo do Valor Nominal das Debentures, ficando integralmente extintas as debêntures nos termos da Cláusula 3.22.5 da Escritura de Emissão.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a. Capital Social

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 10 (dez mil Reais), divididos em 10 (dez mil) ações ordinárias.

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o exercício apresentado.

c. Resultados do exercício

Os resultados do exercício obtidos constituem reservas até seus limites legais, conforme item b, ou são convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas.

9. Despesas operacionais--Reapresentado

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Assessoria Contábil e Auditoria	(89)	(158)
Consultoria	-	(61)
Taxas CVM	-	(32)
Gestão de Carteira	(79)	(193)
Honorários Advocáticos	(98)	(328)
Despesas tributárias	(9)	(41)
Tarifa Banco Liquidante	-	(71)
Agente fiduciário	(56)	(16)
Outras Despesas	(24)	(14)
Total	(355)	(914)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(346)	(873)
Despesas Tributárias	(9)	(41)
Total	(355)	(914)

10. Resultado financeiro--Reapresentado

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita financeiras		
Juros sobre direitos creditórios	261	2.014
Outras receitas financeiras	-	374
Rendimento de aplicações financeiras	18	46
Total das receitas financeiras	279	2.434
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(1.488)	(1.912)
Reversão de juros sobre direitos creditórios	(2.171)	-
Descontos Concedidos	-	(1.744)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
Total das despesas financeiras	(3.660)	(3.658)

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

12. Partes relacionadas

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. Classificação de riscos

Não houve a contratação de agência classificadora de risco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. Relação com auditores

A Empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

15. Eventos subsequentes

(i) No dia 2 de janeiro de 2024, o valor referente ao resgate das Debêntures foi recebido após a alienação dos Direitos Creditórios Vinculados não realizados. Esse montante foi então pago aos debenturistas em 5 de janeiro de 2024, eximindo a securitizadora de qualquer obrigação futura com os debenturistas.

(ii) O Conselho Monetário Nacional (“CMN”) divulgou no Diário Oficial da União, em 2 de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis.

O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas.

Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Nexoos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Eventos subsequentes--Continuação

Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior.

Desta forma, a partir de 02 de fevereiro de 2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs.

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada.

As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas.

No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida.

Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. A Resolução CMN 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024) representa uma dessas mudanças significativas, impactando diretamente a emissão de CRIs e CRAs e exigindo uma revisão cuidadosa das práticas e políticas corporativas relacionadas a esses instrumentos financeiros.